



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2016

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: José Carlos de Oliveira Duque (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 09 horas e 35 minutos.

PRESENCAS: Gina Rosa Correia Cardoso (PS), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), Zélia Maria Almeida Paiva Oliveira, em substituição de André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), António Pedro Casais de Almeida e Costa, em substituição de Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, em substituição de José Baltazar Cardoso Correia (PS), Manuel Augusto Almeida Leitão, em substituição de Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres, em substituição do seu Presidente (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Maria do Céu de Almeida Girão Ribeiro de Sousa, Secretária da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, em substituição do seu Presidente (PS), Eduardo António Pereira da Silva, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Serrazes, em substituição do seu Presidente (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Francisco José de Matos, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Dr.^a Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Prof. Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

FALTAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) e José Luís Gaspar Campos (PSD).

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Período antes da Ordem do Dia.
2. Período de Intervenção do Público.
3. Assuntos da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;
 - 3.2 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2017”;
 - 3.3 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de Participação no IRS para 2017”;
 - 3.4 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “3.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal”.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:

Publicações:

- Jornal “Voz das Misericórdias”, referente ao mês de setembro de 2016;
- “Ecos da Gravia”, referente ao mês de setembro de 2016;
- Jornal do STAL, referente ao mês de setembro de 2016.

Mails:

- Da Freguesia de Pindelo dos Milagres, datado de 26/09/2016, a informar que a Junta de Freguesia se fará representar pelo seu Tesoureiro na sessão ordinária do dia 30/09/2016;
- Do Deputado Municipal André Tiago Santos Matias Almeida, datado de 26-09-2016, a solicitar a sua substituição na sessão ordinária do dia 30-09-2016;
- Do Deputado Municipal José Baltazar Cardoso Correia, datado de 26-09-2016, a solicitar a sua substituição na sessão ordinária do dia 30-09-2016;
- Da Deputada Municipal Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança, datado de 27-09-2016, a solicitar a sua substituição na sessão ordinária do dia 30-09-2016;
- Da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, datado de 28/09/2016, a informar que a Junta de Freguesia se fará representar pelo seu Tesoureiro na sessão ordinária do dia 30/09/2016;
- Da Câmara Municipal de Bragança, datado de 06/10/2016, a remeter ofício respeitante a moção sobre “Taxas de servidão agrícola a partir de estradas nacionais e regionais”;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 10/10/2016, referente a reunião da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões;
- De “Monte dos Vicentes”, datado de 20/10/2016, a solicitar a colaboração para o retiro para jovens “Momento”;
- Da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, datado de 26/10/2016, a convidar para audiência pública sobre “Reorganização Territorial de Freguesias”;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da Escola Superior de Tecnologia de Viseu, datado de 28/10/2016, a convidar para conferência sobre “Território e Ambiente, uma visão integrada”;
- Da Associação Portuguesa de Marketing Rural e Agronegócio, datado de 28/10/2016, referente a programa de apoio a novos apicultores;
- Do Deputado Municipal José Baltazar Cardoso Correia, datado de 30/10/2016, a solicitar a sua substituição na sessão ordinária do dia 07-11-2016;
- Do Deputado Municipal Manuel Maurício da Costa Botas, datado de 31/10/2016, a comunicar a sua renúncia ao mandato da Assembleia Municipal.

Ofícios:

- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 10/10/2016, referente à preparação dos Documentos Previsionais para 2017;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 28/10/2016, a propor os assuntos a serem discutidos na sessão ordinária do mês de novembro de 2016;
- Da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, datado de 26/10/2016, a acusar a receção de moção aprovada na sessão realizada no dia 30/09/2016;
- Do Presidente da República, datado de 26/10/2016, a acusar a receção de moção aprovada na sessão realizada no dia 30/09/2016.

Verificada a existência de quórum, foi, pelo Presidente da Assembleia Municipal, declarada aberta a presente sessão, começando por chamar os membros do Conselho Municipal de Segurança que não tinham tomado posse nas anteriores sessões, os quais procederam à assinatura da respetiva Ata de Tomada de Posse. De seguida procedeu-se à eleição de novo secretário da mesa por escrutínio secreto, em virtude da suspensão do mandato do 1.º Secretário, João Carlos de Oliveira Matias. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou proposta escrita, propondo o Deputado Municipal José Carlos de Oliveira Duque (PS) e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou proposta oral, propondo o Deputado Municipal Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD). Passou-se à votação das propostas apresentadas, tendo-se verificado a seguinte votação: Lista A – 19 (dezanove) votos; Lista B – 14 (catorze) votos. Perante tal votação, foi eleito 1.º Secretário da mesa o Deputado Municipal José Carlos de Oliveira Duque (PS), tendo entrado em funções logo de seguida. O Presidente da Assembleia Municipal procedeu então à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Disse estar a começar a ficar preocupado com a falta de água na sua freguesia, sendo que, a título de exemplo, nos últimos 15 dias, numa ocasião a falta durou perto de 48 horas numa parte da freguesia, e que tem alertado a Câmara Municipal constantemente e que era importante e urgente que fosse encontrada uma solução. Por ser uma necessidade imediata, referiu que a Junta de Freguesia possui terrenos no baldio encostado ao depósito da água, onde já lá foram feitos furos para introdução de fios terra pela EDP e que jorrava muita água. Vereador Francisco José de Matos: Pediu desculpas à freguesia de Bordonhos, que realmente tem sido sacrificada com a falta de água, agradecendo a colaboração do Presidente da Junta no sentido de colocar água em terrenos baldios para hipoteticamente se fazer um furo. Referiu ser óbvio que a água chega ao depósito e que desaparece, não conseguindo ainda descobrir se há uma fuga subterrânea que não seja perceptível, ou se há alguém a fazer consumos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

excessivos na clandestinidade. Disse ainda ser evidente que esta situação não se poderá manter muito mais tempo e que a Câmara Municipal terá que arranjar uma solução alternativa, porque os furos existentes não estão a aguentar. Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Disse achar que rotura da água não será, porque de inverno é pago consumo inferior, mas os depósitos estabilizam. Referiu ainda que o consumo de água em Bordonhos é muito grande, a densidade populacional é enorme, que dois furos para uma freguesia daquelas, com uma zona industrial, é muito pouco, e que tem de ser tomada uma medida. Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Pediu que a Câmara Municipal esclarecesse o motivo das obras que começaram a decorrer na rotunda junto ao Sporting, na Avenida da Liberdade, resultantes da queda de terras e pedras no declive junto à mesma, se são origem de erro técnico do projeto ou se foi má execução do empreiteiro, e uma vez que agora anda lá outro empreiteiro a executar trabalhos, pergunta qual o montante previsto daqueles trabalhos, se são por ajuste direto, se são ao dia ou à hora e se são por concurso público. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Começou por dar os parabéns ao executivo, em nome da bancada do Partido Socialista, pela coragem de avançar com o saneamento em Fermontelos, dizendo que é uma obra de execução difícil e que levou tempo demais para ter continuidade após ter sido iniciada há 20 anos. Depois, e relativamente às duas moções que o Partido Socialista fez aprovar nesta Assembleia, disse que a que diz respeito ao açude de Drizes, o Secretário de Estado do Ambiente tinha respondido dando conta do seu teor; relativamente à moção sobre a questão dos incêndios, tinham já respondido os Excelentíssimo Presidente da República, Primeiro-Ministro, Secretário de Estado da Administração Interna e Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza. Referiu que nesta última moção, fazia-se referência a um plano de estabilização de emergência, ao qual a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul se propunha candidatar com intervenções no valor aproximado de 1 milhão de euros, pelo que solicitou que a Câmara Municipal informasse do ponto de situação, caso tenha informações adicionais. Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (FVS): Referiu que no início do ano de 2016, com o mau tempo, houve um conjunto de derrocadas na freguesia de Valadares, e tendo em conta que há situações que têm causado prejuízo às pessoas, perguntou ao executivo como é que está a situação do talude no Remoinho do Barreiro, em que as pessoas são obrigadas a contornar esse acesso, na Ribeira de Valadares, em que uns imigrantes que estão em Lisboa não podem aceder à sua casa, e do muro na estrada do Preguinho, que com a fraca sinalização que lá existe poderá causar algum acidente. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Começou por perguntar ao executivo qual o ponto da situação do pós incêndios, fazendo suas as palavras do Dr. Ferreira Gomes. Depois disse que, no início do mandato, questionou a Câmara Municipal sobre o corte das árvores que na altura estavam no parque de Bordonhos, junto ao Ferreiro, e que em substituição delas foram lá colocadas umas manilhas com uns manjericos e que, curiosamente, surgiu agora um projeto - o Parque de Merendas de Bordonhos - que era um projeto interessantíssimo e aprazível para quem ali passa e possa tirar partido do seu fontanário. Disse ainda que, uma vez que esse projeto não foi o aprovado, gostava de saber se vão manter aquelas manilhas com aqueles manjericos, que já estão secos e velhos, e que já não tem qualquer fundamento. Deputado Municipal Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD): Perguntou ao executivo quando é que ladrilhavam os passeios da Av. Sá Carneiro, dizendo que várias pessoas



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lá têm caído e escorregado na passadeira ao pé da lavandaria que dá acesso às escadas do Solar da Lapa. Perguntou ainda se o imóvel da antiga REFER em Drizes foi realmente vendido e o que é que se passou. Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Referiu que, em comparação com o que aconteceu em 2010, o atual relatório de estabilização de emergência não elegeu, para o concelho de São Pedro do Sul, situações para a proteção de encostas, perguntando ao executivo o que é que se tinha passado, uma vez que a proteção de encostas devia ser uma situação prioritária nesta situação de incêndios em zonas íngremes, que vem prejudicar a jusante a situação dos rios e lixiviação dos solos. Presidente da Câmara Municipal: Respondendo ao Deputado Eng.º Casais, disse que a obra da Avenida da Liberdade foi candidatada aos fundos de emergência municipal para as calamidades, é uma obra recente e o preço daquela intervenção é de, mais ou menos, 20 mil euros, referindo que foi por ajuste e que foi entregue ao empreiteiro com um prazo de execução que está ainda a decorrer. Informou ainda que, como existe ali muito morro, com as intempéries os terrenos abateram com a abundância da água, deitando abaixo a terra. Relativamente às manilhas e aos manjericos referiu ter sido uma intervenção da Junta de Freguesia, que a Câmara Municipal não quis estar a interferir naquilo que era opção da Junta de Freguesia e que, como tal, terá que questionar o Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos se as quer retirar de lá ou não, dizendo ainda que a Câmara Municipal está disponível para o caso de as quererem retirar ou de quererem substituir os manjericos por outras flores. No que diz respeito à intervenção do Presidente da Junta de Valadares, disse que numa das situações é muito difícil a intervenção por ser numa rampa direta ao rio, e não existe base de suporte para essa estrada que abateu; referiu que é uma obra que ainda não está quantificada, mas que poderá custar 20, 30 ou 40 mil euros, que é uma obra necessária mas que as pessoas continuam a poder ir para as suas propriedades porque têm acesso pelo lado contrário. Referiu que a outra situação é mais fácil de resolver, mas que a Câmara Municipal está a tentar que o Estado, através do Fundo de Emergência Municipal, possa ajudar nessas intervenções, pois são obras caríssimas, como é do conhecimento do Presidente da Junta, pelo que têm que se ver quais são as prioridades. Respondendo ao Deputado Luís Rocha, referiu que os passeios na Av. Sá Carneiro vão ser uma das grandes intervenções que a Câmara vai fazer já para o ano que vem, mais precisamente na saída do Shopping, por ser um edifício onde existem deficientes que se servem daquele acesso, em que o passeio está completamente inclinado e os ladrilhos estão completamente polidos, sendo que várias pessoas já lá caíram. Relativamente ao imóvel de Drizes, disse ter sido do conhecimento público a venda desse edifício através da comunicação social e de anúncios e que se veio a verificar a existência de um ónus na conservatória não só sobre esse edifício, como também sobre todas as propriedades ao longo da linha, tendo o executivo tentado por diversas vezes desbloquear essa situação, através de reuniões com as Infraestruturas de Portugal, antigas Estradas de Portugal, porque são eles que agora gerem aquele espaço, no sentido de se desbloquear aquela situação. Disse ainda que, ao mesmo tempo, o executivo também quer desbloquear uma outra situação que é a passagem da ciclovia até ao concelho de Vouzela, porque não tem sítio para passar a ciclovia, mas que já passaram 7 meses, já cá estiveram os técnicos e ainda não deram autorização nem comunicaram nada. Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Referiu que os manjericos até ficam bem porque S. João é padroeiro de Bordonhos. Relativamente às manilhas, disse que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assume que provavelmente não foi a melhor solução e que não é bonito, mas que as colocaram lá porque foram cortadas as árvores e as raízes ficaram muito altas, havendo vários embates de carros à noite devido às mesmas. Solicitou ainda a colaboração da Câmara Municipal para a remoção das referidas manilhas e das raízes e dar um primeiro arranjo, no sentido de serem lá colocadas algumas árvores, para tentar que o espaço fique mais bonito e mais bem arranjado.

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Pediu desculpa ao Presidente da Junta de Bordonhos, dizendo que tem que haver sintonia entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesias para que as coisas tenham sucesso, e que não é “sacudir a água do capote” para a Junta quando as coisas não lhe agradam. Disse ainda que, em relação às obras da Av. da Liberdade, o Presidente também falhou, pois quando foi executada a variante, na altura em que era Presidente da Junta de Freguesia e que constantemente massacrou o executivo da altura com aquela obra, curiosamente não a viu cair ou ruir pelo rio abaixo, mesmo com as intempéries.

Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (FVS): Disse continuar preocupado com a situação dos taludes, sendo que embora a do Remoinho do Barreiro tenha um custo mais elevado e com um grau de dificuldade maior, pensa ser possível a sua resolução com os próprios meios da Câmara Municipal, pois é um acesso que as pessoas usam para irem para o concelho de Oliveira de Frades para irem trabalhar; a da Ribeira de Valadares é uma pequena intervenção, pois a habitação que lá existe pertence a pessoas que estão a morar em Lisboa e que deixaram de ter acesso à sua habitação desde fevereiro do corrente ano, pelo que esta situação o deixa bastante preocupado porque as pessoas, que foram viver para os meios maiores e que agora têm condições de financiamento, gostam de investir nas suas aldeias e querem continuar a deixar alguma riqueza e desenvolvimento nas suas terras natais; relativamente à do Preguinho referiu ser uma ratoeira, em que o alcatrão foi escavado por baixo da estrada e num pequeno muro de suporte, tendo a Junta de Freguesia comunicado de imediato à Câmara Municipal e colocado lá sinalização e que, até hoje, nada foi feito. Disse ainda que esta situação foi comunicada à CCDRC e que gostariam de saber se foi ou não candidata para que uma solução fosse apontada.

Presidente da Junta de Freguesia de São Félix António Jorge Martins de Oliveira (PSD): Referiu que o que foi feito na casa de Drizes mostra muita insensibilidade, porque em 1974, com a vinda das nossas ex-colónias, foi para essa casa uma pessoa retornada com mais de 8 filhos, que criou ali esses filhos, que neste momento tem 85 anos e o Presidente da Câmara vendeu a casa com uma pessoa de 85 anos a morar sozinha, fazendo com que um dos filhos tivesse que ficar com a casa mesmo não precisando dela, em que a renda que a Câmara Municipal recebia era de 50 euros. Perguntou ainda qual foi o valor que a Câmara Municipal arrecadou com essa venda, uma vez que se fala que se trata duma casa da REFER e não da Câmara, referindo que a Câmara Municipal trabalha para os municípios e que o Presidente da Câmara devia esclarecer as pessoas de uma forma séria, até porque se está a falar de pessoas de cor que podem pensar que existe aqui alguma perseguição às mesmas.

Presidente da Câmara Municipal: Referiu que quando as pessoas não estão dentro dos assuntos, falam sem conhecimento de causa e respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, disse o seguinte: “O que está em causa neste caso é que um familiar dessa senhora quis comprar a casa. Um genro da senhora contactou-me, a mim e à Câmara Municipal, no sentido de dizer que queria comprar a casa onde estava a sogra e porque ninguém tinha pensado em vender essa casa, desbloqueou-se o processo no sentido de se proceder à sua venda. Mas punha-se em causa a

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhora estar lá dentro e poder aparecer um outro interessado. Penso que essa casa foi posta à venda pelo menos uma vez e que não apareceu ninguém, e como as pessoas estavam interessadas, a casa foi posta à venda uma segunda vez e apareceu um filho todo exaltado a dizer porque é que estavam a vender a casa da mãe, porque não estavam interessados em comprar, mas ele comprou-a. Se não havia mais ninguém interessado em comprar a casa e se ele não a queria comprar, porque a comprou? O processo foi despoletado porque houve um genro e uma filha que realmente se mostraram interessados em comprá-la. Nós tínhamos aquela casa que só nos estava a dar despesa e das intervenções que lá fizemos, só na recuperação do telhado gastámos muito mais do que as rendas todas que a senhora pagou estes anos todos. Portanto, a casa foi a hasta pública, apareceu um filho que estava interessado em comprar a casa para a mãe e a mesma foi vendida. No que diz respeito à questão do ónus, está na Conservatória e é normal que sempre que alguém vai comprar uma propriedade qualquer, veja qual é a situação daquilo que compra e se alguma coisa está mal, essa pessoa não está a ser pressionada para ser feita a escritura, ou seja, a pessoa deu o sinal da compra, mas a partir do momento em que realmente há esse problema, não pressionamos mais a pessoa para fazer a escritura, estamos a ver se resolvemos o problema para, de seguida, fazermos a escritura”. No que diz respeito ao que disse o Deputado Municipal Eng.º Ribeiro esclareceu que foi a Junta de Freguesia de Bordonhos que colocou lá manilhas e embora não goste de as lá ver, aceita perfeitamente que a Junta tivesse gostado e tivesse achado que era a melhor solução, referindo que sempre que alguma Junta de Freguesia quer executar obras, nunca a Câmara Municipal foi contra. Relativamente às variantes, disse que a bela variante que referiu já teve que ser diversas vezes intervencionada e que o abate de terras é normal, porque sempre que se fazem movimentações de grandes aterros é normal que haja abatimentos, referindo ainda não ter atirado a culpa ao anterior executivo por a estrada ter abatido, porque é normal que quando se vai fazer saneamento tem que se estar alguns meses à espera para que a estrada possa abater, pois se for logo alcatroado vai abater, sendo também normal que quando se fazem estradas novas, existem barreiras e que se houver águas, atiram as barreiras abaixo. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Interveio dizendo o seguinte: “quem esteve na hasta pública fui eu, não foi o Sr. Presidente; é normal que o Sr. Presidente não saiba qual é o valor base da venda, porque nós vendemos algumas escolas e outro património e não sabemos tudo de cor. O valor base da hasta pública foram 20.650 euros e é verdade que um filho ou uma filha que é imigrante esteve aqui reunido connosco antes, porque tinha feito algumas reivindicações de intervenção na casa: queria de a Câmara lá fizesse obras, tendo depois sugerido comprá-la. O que eles não previam era que o valor da avaliação fosse este, estavam à espera que fosse substancialmente menor, mas aí nós já não podíamos recuar, porque a partir do momento em que é feita uma avaliação, temos que ir para hasta pública com esse valor, por muito que nós também achemos que 20.650 euros é um valor exagerado para aquele imóvel. Mas a hasta pública não obriga ninguém a comprar nada, até porque não havia mais ninguém interessado, não houve mais propostas. Um dos filhos mandou por carta fechada uma proposta e não aparecendo mais ninguém teve que se aceitar essa proposta, foi o que aconteceu”. Referiu ainda achar engraçado estarem a falar da rotunda e ninguém perguntar pela intervenção que a Câmara estava a fazer nas Termas, que vai do Posto de Turismo para a casa de Turismo Rural do Sr. António Loureiro, se era da competência da Câmara ou se do empreiteiro, pois a estrada levantou toda e que a causa disso foi porque na empreitada feita pelo anterior



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo o alcatrão levantou todo e o atual executivo teve que fazer essa intervenção, teve que repavimentar e teve que candidatar a obra ao fundo de emergência. Relativamente à florestação e na sequência do que o Deputado Municipal Dr. Ferreira Gomes e o Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais referiram, disse o seguinte: “para além das candidaturas privadas das pessoas para restabelecimento de habitações e de outro tipo de situações, fizemos uma candidatura ao fundo de emergência que foi aberto, isto é, nós tínhamos um para intempéries, candidatamos essas obras, e agora tivemos um para os incêndios, ao qual candidatamos melhorias de alguns caminhos que ficaram danificados pelos incêndios, assim como canalizações e sinalização danificadas pelos incêndios e mais um conjunto de intervenções. A candidatura ainda não está aprovada porque o orçamento de Estado para 2016 não tinha uma cotação suficiente para o conjunto de calamidades que aconteceram, não só no concelho de S. Pedro do Sul, mas também noutros. Paralelamente abriu-se uma medida no PDR2020, que é a medida 8.1.4, que é um plano de estabilização de emergência para um conjunto de situações, e aí o Sr. Presidente da Junta tem toda a razão, porque há um conjunto de falhas nesta candidatura, nesta medida, e porquê? Porque para além da proteção de encostas, não permite candidatar a reflorestação, permite a rede primária e secundária, a recolocação de taludes, mas por exemplo a reflorestação não permite. Nós vamos fazer neste momento a rede primária e a rede secundária numa zona que ardeu. Se calhar só daqui a 2 ou 3 anos é que se justifica fazer a rede primária e a rede secundária, mas eu explico porquê: a interpretação do ICNF do Centro não foi a mesma do ICNF do Norte, isto é, o aviso que foi preparado pelo ICNF do Centro e o relatório não foi idêntico ao que foi feito pelo ICNF do Norte, e nós tivemos o cuidado de reunir com a gestora do PDR2020 e alertar para esta situação. Mas uma vez que os “timings” eram apertados acabamos por submeter na mesma a candidatura, em parceria com a maioria das Associações de Baldios das zonas ardidas que se quiseram associar a nós. Outros optaram por fazê-las a sós. Portanto penso que todas as candidaturas, que tinham que ser entregues até dia 3 de novembro, foram submetidas. O que nós pretendemos é posteriormente tentar programar ou sensibilizar o ICNF, para que depois a afetação das verbas seja redistribuída por estas situações que não foram agora contempladas. Paralelamente nós vamos ter aqui dois grandes planos de reflorestação: um já no final do mês de novembro e um em março, porque à semelhança do que já fizemos noutros anos, de aderirmos a um programa que se chama Plantar Portugal, este ano ganhou uma maior incidência por termos sido um concelho afetado pelos incêndios, e estamos a preparar para o final de novembro esta primeira reflorestação. Os Srs. Presidentes de Junta já foram contactados por técnicos nossos para começarmos já nalgumas zonas mais sensíveis. Temos como parceiros, que nos vão dar árvores, a Quercus e, em princípio, a Universidade Católica do Porto, para além de outras entidades com que estamos a contar. Estas ações de reflorestação vão ter a ajuda das escolas: dos nossos agrupamentos de escolas, da Escola Profissional de Carvalhais e estamos também a pensar fazer uma grande ação num dia só para voluntários, e nesse dia estão todos convidados para ajudarem a reflorestar o concelho”. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Relativamente à pergunta feita pelo Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, começou por felicitá-lo a ele e à Câmara Municipal pelo trabalho de recuperação que tem sido feito. Esclareceu que o relatório de estabilização de emergência que foi elaborado pelo ICNF, em colaboração com os municípios das áreas abrangidas, prevê estabilização de encostas onde os municípios identificaram essa necessidade,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referindo que, no nosso caso, ninguém identificou essa necessidade, por isso é que o relatório de estabilização de emergência não prevê plantação. Informou ainda que foi solicitada a colaboração a todos os municípios para que identificassem as necessidades, porque estes relatórios têm que ser feitos num curto prazo de tempo. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Interveio referindo que essas encostas da via pública entraram no fundo de emergência que a Câmara Municipal candidatou, que são ministérios diferentes, agora o relatório elaborado pelo ICNF e as rubricas que estão afetadas à medida 8.1.4 têm uma interpretação diferente para o Centro e para o Norte, conforme consta no relatório. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Esclareceu que o relatório de estabilização de emergência para o grande incêndio em Vale de Cambra, Arouca e S. Pedro do Sul é um único relatório, tem medidas diferentes para cada município identificadas pelo próprio município. Relativamente à intervenção do Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes sobre a barragem de Drizes, ficou muito feliz por ter havido continuidade e que a proposta que aqui foi feita tivesse efetivamente pernas para andar, porque aquele edifício é um ex-líbris, tem um valor acima da média, é um edifício com 185 anos e é um património que poderia ser muito valorizado pelo nosso concelho. No que diz respeito aos incêndios, felicitou a sua moção, considerando que poderíamos ir mais longe quando houverem outros resultados e que, no nosso concelho, é preciso ter uma abordagem diferente daquilo que se tem tido até hoje relativamente às florestas. Respondendo ao que foi dito sobre a rede primária, rede secundária, infra-estruturas e defesa da floresta contra os incêndios, disse o seguinte: “não são essas que precisamos de executar; como precisamos de conseguir, em termos de financiamento a nível nacional, que hajam medidas de apoio a concelhos como o nosso que têm o maciço serrano gigantesco e que precisam de outro tipo de medidas e de outro tipo de financiamento, peço ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores que façam pressão superiormente ao governo para que nestes concelhos que têm maciços serranos, onde sistematicamente temos áreas ardidas, haja outro tipo de financiamentos, estejamos na vanguarda em termos de apoios e não nos comparem com municípios que não têm estas características. É completamente diferente combater incêndios em áreas que, independentemente da dimensão, não têm maciços serranos da diferença do nosso concelho. Por isso é que ardeu Arouca, ardeu S. Pedro do Sul e ardem sistematicamente estes concelhos com estas grandes áreas serranas”. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Dirigindo-se ao Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço, disse que foi uma má comparação quando comparou a estrada com um estradão, que numa parte do ano está debaixo de água, sendo lógico que, quando as águas do Vouga sobem, não há estrada nenhuma que consiga resistir e se aquela ainda vai resistindo, fica satisfeito pela obra feita pelo anterior executivo. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que não era técnico, mas se o anterior executivo sabia da existência da água por baixo da estrada, não tinha colocado alcatrão mas sim calçada, pois assim a água podia sair e o alcatrão não levantava com placas enormes.-----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, não se tendo verificado qualquer intervenção.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3 – ORDEM DO DIA:

3.1 - “INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”:

Foi prestada a informação referida em epígrafe e não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

3.2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017”:

Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD): Interveio dizendo o seguinte: “Este é um Orçamento de eleições. Recordo-me da primeira intervenção do Deputado André Matias nesta Assembleia, em que ele dizia que este executivo seria diferente de todos os outros, que nunca faria obras em final de mandato, as obras seriam executadas ao longo do mandato, que o Presidente Vítor Figueiredo era diferente de todos os outros políticos e aquilo que nós vimos é exatamente o contrário, este orçamento reflete justamente isto. Muitas destas obras que aqui estão não saíram do papel, até porque algumas não terão financiamento e agradecia que nos informassem se há financiamento para isto tudo ou se sairá do orçamento da Câmara. Aí veremos, no final, como está a situação da dívida e o Sr. Presidente da Câmara vai perceber porque é que surgem as dívidas nas autarquias locais, que é justamente por as pessoas, para fazerem obras, muitas vezes terem que recorrer à dívida. Nós não somos uma grande autarquia, das grandes metrópoles, essas sim têm fundos europeus para fazerem as obras todas. Nós, no interior, temos que viver muitas vezes com as dívidas que vamos fazendo, aliás como todos nós fazemos na nossa vida privada, pois se assim não fosse provavelmente não tínhamos apartamentos, não tínhamos casa, não tínhamos carros até. Portanto a dívida vai aparecer certamente, e espero que junto da dívida apareçam também as obras e isto reflète-se pelos prazos de pagamento, como estamos já a assistir, que chegou a estar em 72 dias e agora vai no dobro, e gostaria que nos explicasse também essa questão dos prazos de pagamento”. Colocou também algumas questões ao executivo sobre o Orçamento, nomeadamente: a que respeitava a verba “apoio à produção concelhia promoção musical concelhia” no valor de 7.500 euros; qual a razão de alguns incentivos à natalidade aparecerem em 2017; se o arranjo do parque de estacionamento junto ao Edifício Avenida é da competência da Câmara Municipal ou do construtor da altura; se a verba alocada de 50 mil euros relativa à construção da Central de Camionagem seria para a aquisição de terrenos. Referiu ainda que, do ponto de vista político, a bancada do PSD vai-se abster, mas que vai votar este Orçamento favoravelmente. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) apresentou a seguinte intervenção: “Orçamento: À semelhança do verificado com os documentos similares para o corrente ano, é com redobrada satisfação que vemos a situação financeira do município de S. Pedro do Sul robustecida permitindo que o concelho respire e avance rumo ao futuro de forma mais desanuviada. Depois dos défices excessivos, traduzidos em asfixias várias, nomeadamente em investimentos estruturantes para melhoria da qualidade de vida das nossas populações, o atual executivo viu-se obrigado, sobretudo nos dois primeiros anos de exercício, a prosseguir uma política de contenção orçamental para reduzir significativamente a dívida e os prazos de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pagamento, através de um controlo apertado nas contas. Saneado esse espartilho financeiro, é possível agora, e mais do que no corrente ano, pensar na resolução mais rápida de múltiplos problemas que nos afligem e, assim, dar mais corpo à execução do programa que o PS colocou à aprovação do eleitorado em outubro de 2013. Elevando-se o Orçamento para 2017 a cerca de 22,6 milhões de euros (mais 11% que o de 2016), afigura-se-nos este valor como muito credível pelo realismo que apresenta, apesar de ainda não sabermos bem o que as participações comunitárias nos reservam, sendo certo, que os valores estimados neste documento só poderão pecar por defeito. Sobre as receitas globais estimadas, 64% dizem respeito a transferências do Estado Central, com peso significativo das de capital, destinadas ao investimento. No que toca à arrecadação por via dos impostos diretos (cerca de 2 milhões), estes sobem sobretudo à custa do IMI, que preenche cerca de 68% dos mesmos, mas uma redução face a 2016. Uma rubrica importante nas receitas é, obviamente, a dos Rendimentos da Propriedade, com 4,4 milhões. E se a atividade termal comanda essa receita com 48% do valor, o que é muito importante atenta a grande empregabilidade que gera, a exploração eólica ascenderá a 38%, quedando-se o rendimento da exploração energética das mini-hídricas nos restantes 14%. Nas transferências de capital, que dizem respeito a dinheiros para investimento no desenvolvimento efetivo do território, se o executivo é prudente nos valores referentes ao FEF, o mesmo não sucede com os fundos comunitários, pelo que aqui se prevê um disparar dos valores face aos anos anteriores, passando para mais de 5,2 milhões, conforme algumas das opções do Plano de Atividades que possuem já financiamento garantido. No que concerne ao capítulo da Despesa, os custos com pessoal constituem grossa fatia e estimam-se em pouco mais de 6,6 milhões, o que constitui um ligeiro aumento por via da reposição salarial da função pública, conforme decisão governamental. Como dissemos há cerca de um ano, “é importantíssimo credibilizar a imagem da autarquia junto dos agentes económicos. Desta forma, pagando atempadamente, não só se obtêm fornecimentos, prestações de serviços e empreitadas a custos menores, como se ajuda as empresas envolvidas na gestão dos seus próprios orçamentos e suas dinâmicas”. Assim, e ainda que se trate de um valor pouco significativo, importa realçar, pelo simbolismo e confiança que transmite, a continuada redução nos “juros de mora por violação dos prazos de pagamento estipulados”. Parabéns, pois, pela reposição da credibilidade da nossa autarquia, junto dos agentes económicos. Sobre a rubrica dos Investimentos, de destacar o aumento de valores face a 2016, em cerca de 43%, para cerca de 9 milhões, valor fortemente participado pelo novo quadro comunitário Portugal 2020. Finalmente, sobre os passivos financeiros, conhecidos como empréstimos bancários a médio e longo prazo, também aqui a CM tem andado bem, ao reduzir os valores em dívida e restando assim valores de amortização menores, caindo estas de cerca de 1 milhão em 2016, para cerca de 650 mil euros em 2017. E se no final deste ano de 2016 haverá inversão da situação absurda anterior de o Município dever mais do que os valores orçamentados anualmente, em 2017 acentuar-se-á a queda da dívida e consolidar-se-á a normalidade da gestão municipal. Também aqui os nossos parabéns para o executivo municipal. Grandes Opções do Plano (GOP): Como sempre acontece, seria impossível e maçador desfiar todas as obras e intervenções que a CM prevê para o próximo ano. Deixamos os destaques e pormenores para o Sr. Presidente da CM, caso o queira fazer. Incluindo as GOP intervenções para um quadro plurianual próximo, mais de 12,2 milhões referem-se a 2017, sendo que cerca de 10 milhões têm já financiamento definido. Desses 10 milhões, a fatia de leão, mais de 8



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhões (82%), vai para a Valorização Territorial e Qualificação Urbana, que inclui o Saneamento Básico (mais de 3,6 milhões), a Rede Viária e Sinalização (cerca de 2 milhões), a Urbanização (cerca de 1,8 milhões), o Ambiente, Espaços Verdes e Jardins (487 mil) e o Abastecimento de Água (120 mil). E quem disser, que a nova ETAR a construir em parceria com Vouzela para substituir a existente na Qta. de Valgode, ou as novas redes e estações de tratamento de esgotos um pouco por todo o concelho não são obras estruturantes, não sabe o que é estruturante e fundamental. Assim como o abastecimento domiciliário da água pública. Assim como a requalificação das vias municipais. Assim como o novo Parque da Cidade. Ou a requalificação patrimonial como irá acontecer com as Termas Romanas, uma obra emblemática do ponto de vista histórico e turístico. Ainda que com valores bastante inferiores, seguem-se as rubricas do Desenvolvimento Cultural e Desportivo, com cerca de 1 milhão, da Organização e Modernização Administrativa, com mais de 422 mil, da Coesão Social e Cidadania com mais de 170 mil, da Promoção da Educação com mais de 150 mil e a Dinamização da Economia Local e do Investimento com cerca de 100 mil euros. E quem disser que o Pavilhão Multiusos de S. Cruz da Trapa não é estruturante, engana-se. Não sabe o que diz. E quem disser que a administração local não precisa de modernização constante para uma melhor e eficiente prestação dos serviços, não sabe o que diz. Assim como quem disser que o Parque Industrial de Pindelo dos Milagres não é estruturante e vital para o concelho também não sabe o que diz. Foram apenas alguns exemplos. Para essa gente detratadora, muitas vezes escondida na cobardia do anonimato nas redes sociais, o que temos a dizer é que a má língua nunca foi estruturante e só lhes fica mal. Mas o trabalho, a entrega e o equilíbrio no desenvolvimento territorial, isto sim, isto é que é estruturante e justo. Quer isto dizer que há estratégia para o concelho. Não se podendo responder a todas as necessidades, fizeram-se escolhas, definiram-se prioridades. Para levar a qualidade de vida onde ela ainda falta. Sem eleitoralismo. Porque muitas daquelas infraestruturas básicas que já deveriam estar construídas e funcionais só agora estão ou vão ser concretizadas. As populações saberão reconhecer e só lamentarão o atraso das benfeitorias. Tal como dissemos em 30 de novembro de 2015, porque estes dois documentos são coerentes, realistas e concretizáveis e honram o programa eleitoral socialista de 2013 que o eleitorado aprovou, só poderemos aprová-los, tanto mais que em grande medida são resultado do diálogo com as Juntas de Freguesia”. Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Declarou que vai votar favoravelmente este Orçamento, como aliás tem votado favoravelmente nos anos anteriores, porque desta vez aparece, em várias páginas do documento, o nome de Carvalhais e não aparece só Candal como nos outros anos, em que a variante de Candal felizmente está a ser uma realidade. Deu também os parabéns à Câmara Municipal por ter feito, em colaboração e articulação com a Junta de Freguesia, determinadas obras na freguesia, nomeadamente em termos de saneamento nos lugares da Torre, Casal da Renda e Barbas e em termos de rede viária. Referiu ainda que: “É com bom agrado que vejo o saneamento da Torre ser incluído no Orçamento; é com agrado, embora ainda com não dotação e não financiada, ver saneamento na zona central de Carvalhais, que é mais prioritária porque há mais concentração de serviços e de população naquela área. Tem havido articulação com a Câmara em termos de projetos, em termos de aquisição de terrenos, em termos de levantamento de infraestruturas para que essa situação possa realmente ser uma realidade. Da parte viária relativamente a uma situação que já se vem falando e reclamando há já algum



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tempo, é a pavimentação da estrada de Penso e Passos, embora haja outras vias que estão também para ser realizadas, também prioritárias na freguesia, e estou a falar nas estradas do Reguengo, Prendedores, da estrada do interior de Favarrel, em que a Junta de Freguesia vai fazer um esforço para tentar incluí-las no orçamento para 2017, e espero que, na dotação que haja de arruamentos do concelho, possa caber uma fatia para que, juntamente com a Junta de Freguesia, se possa fazer intervenção e melhorar esses acessos”. Disse ainda que, na próxima semana, será enviado um ofício para a Câmara Municipal a solicitar a sua colaboração no projeto de alargamento do cemitério de Candal. Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Relativamente ao projeto da ETAR, perguntou se a conduta que vai até Bordonhos, para o Parque Industrial, vai ser na primeira fase, porque se se está a iniciar o saneamento, poder-se-ia fazer a ligação de imediato. Relativamente ao restante saneamento e a uma divisão deste que consta do documento para 2017/2018, perguntou o que é que o executivo estava a pensar fazer. Sobre as ligações entre freguesias, referiu já ter falado várias vezes na ligação Bordonhos/Baiões e que a ligação de Bordonhos/Massarocas são de necessidade extrema, porque muitas pessoas da freguesia de Bordonhos e da freguesia de Serrazes, principalmente da freguesia de Serrazes, tomam essa estrada, que é bastante perigosa, dizendo que é uma obra de muito baixo custo. Declarou por fim que vai votar favoravelmente o Plano de Atividades e Orçamento, porque também vê no documento, com bastante agrado, o nome de Bordonhos com algum significado, esperando que algumas obras que tem reivindicado possam também ser contempladas. Interveio o Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) perguntando ao Vice-Presidente da Câmara, antes de fazer a sua intervenção política, esclarecimentos sobre a folha 26 do Orçamento, respeitante às responsabilidades contingentes, nomeadamente que explicasse o que são passivos contingentes e processos por condenação do pagamento de juros, pois são valores exorbitantes. Em resposta o Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço referiu que são processos já transitados em justiça, em que um deles está neste momento em fase de acordo, que é o da Marsilop, e que vão ter que pagar uma verba na ordem dos 50 mil e um outro, que tem a ver com a variante, são 900 mil euros. Interveio novamente o Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) dizendo que gostaria em primeiro lugar de ouvir o que o executivo tem para dizer sobre o Plano e Orçamento e só depois se pronunciará. Referiu que o executivo, atendendo a que é um orçamento com um valor muito mais elevado, apresentou um Plano de Atividades e um Orçamento que diz exatamente aquilo que é, que não é nem mais nem menos o que outros fizeram no passado, deixando para o último ano (ano de eleições) as grandes obras. Disse também ter gostado muito da explanação do líder do grupo parlamentar do PS, mas que tinha uns chavões que não vieram muito a propósito, porque quem não disser que isto que não é um orçamento ou é um plano estruturante, não tem visão, referindo que como Deputado Municipal que pensa no concelho, tem visão no conjunto, não como Presidente de Junta, nomeadamente aqueles que dizem que vão votar favoravelmente no Plano e o Orçamento, que é um direito que lhes assiste. Disse ainda que, se analisarmos o que tem acontecido nestes últimos anos: a fuga dos jovens de São Pedro do Sul para outras zonas, a baixa natalidade, tudo aquilo que assistimos neste momento não traz mais-valia produtiva e que tudo aquilo que efetivamente é feito, é para a sustentabilidade do concelho, sendo que o que importa neste concelho é mais gente, mais população e mais produção. O Presidente da Junta de Freguesia de Pinho José Manuel Oliveira Lopes Moita (PS) interveio dizendo o seguinte: “A

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

minha intervenção prende-se com uma situação já falada na sessão anterior, mas que algumas pessoas teimam em especular em torno da mesma. Eu quero aqui hoje clarificar, alto e em bom som, principalmente para os mais distraídos, qual é a posição do Presidente da Junta de Pinho em relação à situação das escolas do 1º ciclo, em especial e na parte que me toca, à escola de Pinho. O Presidente da Junta de Pinho nunca foi, nem é, a favor do encerramento da escola de Pinho, em primeiro lugar porque não tem esse poder, nem ele nem a Câmara Municipal, quem tem esse poder é a DGESTE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares). Agora quando vejo neste orçamento para 2017 verbas que ainda estejam em situação de financiamento não definido, muda por completo a minha opinião em relação a este assunto, e quero pedir um esclarecimento à Sra. Vereadora Teresa Sobrinho sobre tudo isto, sobretudo sobre o futuro da escola de Pinho, porque quando fizemos uma reunião no dia 25 de abril de 2015, todos os Presidentes de Junta concordaram com a proposta apresentada pela Sra. Vereadora e que era o seguinte: segundo ela, o que a DGESTE pretendia fazer era a criação de um Pólo Escolar mais pequeno para acolher as crianças da freguesia de Pinho, Pindelo dos Milagres, Vila Maior, Figueiredo de Alva e Sul, e que eles já teriam escolhido a freguesia de Vila Maior, principalmente pela sua localização geográfica, ideia da qual eu também concordo porque, quer queiramos quer não, é a freguesia logicamente que está mais próxima das freguesias já referidas. Agora quando vejo verbas neste Orçamento para três escolas e não vejo qualquer verba para a escola de Pinho e quando, na minha opinião, isso pode vir a colocar em causa o encerramento da escola de Pinho e a continuidade das outras três escolas, aí eu tenho que estar em completo desacordo com esta situação, pois se vamos gastar mais 300 mil euros na escola de Vila Maior e se as outras escolas se mantiverem abertas, não faz qualquer tipo de sentido este investimento. Para terminar e para que não restem dúvidas em relação à posição do Presidente da Junta de Pinho sobre a escola de Pinho, vou voltar a dizer que não quero e nunca quis que a escola encerre, porque é uma das escolas com mais alunos neste momento, é uma escola que as crianças gostam de frequentar e onde são felizes, é uma escola que é frequentada pela minha filha que está no 3º ano e nunca ponderei a questão de a transferir para o novo Centro Escolar, mesmo que este tenha condições de conforto incomparáveis com a escola de Pinho. Por todas estas razões e por mais algumas o Presidente da Junta de Pinho é contra o encerramento da escola de Pinho”. O Presidente da Junta de Freguesia de São Félix António Jorge Martins de Oliveira (PSD) interveio referindo que se ouve falar em saneamento em todo o lado, mas que na sua freguesia isso ainda não é uma realidade, dizendo ainda o seguinte: “Fico também contente que este Orçamento tenha realmente a definição das obras com o nome preciso para as pessoas saberem do que é que estamos a falar. Fico contente porque as minhas preces em várias Assembleias Municipais foram ouvidas e passo a citar: na Assembleia Municipal em Bordonhos, quando o Sr. Presidente da Câmara alcatroou a estrada no meio do pinhal entre Sendas e a estrada que liga Pinho a Pindelo dos Milagres, eu tive uma intervenção que se ao chegarmos à estrada de Pinho ou até à “Panela ao Lume”, se cortássemos à esquerda para S. Félix, a denominada estrada Povos do Alto estava completamente estragada. Entretanto alcatroou-se essa estrada. Também falei que ao chegarmos à Junta de Freguesia de Pinho, se cortássemos à esquerda para os Barreiros, a estrada estava completamente estragada e se cortássemos para o lado de Sobral, tínhamos a estrada completamente estragada. É curioso que também essas estradas já estão contempladas no Orçamento para o próximo ano. Também falei



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui na questão da estrada que liga à E.N.228, em Nespereira Alta, quem corta para Vila Maior, e fico contente por esta estrada, para o ano, também estar contemplada no Orçamento. Na Assembleia Municipal em Vila Maior também falei na estrada que liga Vila Nova à Torre, na qual o Sr. Presidente da Junta de Vila Maior até veio em sua defesa dizer que haviam estradas piores que aquela da Senhora dos Caminhos, e é curioso que essa estrada também está aqui no Orçamento para 2017 e fico contente por isso. Tendo certo que votava favoravelmente se fosse em relação às estradas, não o posso fazer, nem as pessoas e os restaurantes da Freguesia de S. Félix me perdoariam se votasse a favor ao Orçamento, apesar de haver muito orçamento para saneamento mas muito dele em financiamento não definido, em S. Félix não existe nem um tubo em relação ao saneamento “a posteriori”. Terminou dizendo que, por tudo o que disse, se iria abster neste Orçamento. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior Manuel Mouro Pinto (PS): Relativamente às Grandes Opções do Plano, referiu o seguinte: “Podemos constatar que este executivo iniciou um novo paradigma, pois o anterior elenco camarário raramente discriminava as obras a executar, e só em anos eleitorais é que se iam conhecendo as obras a executar. O presente Orçamento e as Grandes Opções do Plano contemplam esta alteração que é de louvar e enaltecer, pois ao elencarem as obras que irão realizar em cada freguesia, esta Câmara Municipal demonstra coragem e assume politicamente as suas opções”. Relativamente ao que referiu o Deputado Mário Almeida, disse discordar totalmente dele relativamente às dívidas, pois há pessoas, inclusive ele próprio, que têm casas e carro e não têm dívidas, sendo que essas pessoas gastam menos do que aquilo que auferem, e que qualquer organismo público/autarquia deveria ter défice zero, como acontece na sua Junta de Freguesia, referindo que se os seus dirigentes fossem responsáveis e responsabilizados pelos seus défices, estes acabavam. Referiu ainda que em 2009, ano de eleições, andaram lá com máquinas a limpar as bermas todas, desde o lugar de Goja até ao cruzamento da Torre, para ser recolocada a pavimentação e, de um dia para o outro, as máquinas desapareceram todas, deixando lá ficar os montes dos sobrantes da limpeza e só em 2010 é que o Sr. Presidente se dignou repavimentar o troço de Goja à Junta de Freguesia. O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “Acima de tudo o que nós temos aqui é um virar de ciclo. Quando este executivo entrou em funções há 3 anos, encontramos como sabem uma dívida de 26 milhões de euros e que aos poucos essa dívida foi aumentando, porque havia coisas que progressivamente iam acontecendo e aparecendo e que havia necessidade de as pagar. A mais recente é de 50 mil euros que temos que pagar à Marsilop, porque é um processo que já estava em tribunal há bastante tempo e os Srs. da Marsilop ganharam o processo, e como tal temos que pagar a curto prazo 50 mil euros que não estaríamos a contar pagar já. Uma outra situação que também vai acontecer a curto/médio prazo, é a construção de infraestruturas na Estação, no loteamento que era do Tavares da Fonseca, onde a Câmara Municipal se tinha comprometido a efetuar as infraestruturas com o indivíduo que comprou aquele espaço para poder fazer um loteamento e que até hoje, passado muitos anos, nunca conseguiu concretizá-las. Estamos a falar em infraestruturas que custam cerca de 350/400 mil euros, e caso a Câmara Municipal não queira fazer as infraestruturas, vai ter que comprar aquele espaço por 250 mil euros, espaço esse que nós não queremos para nada, mas é isso que nos vai acontecer. Passado o ciclo de pagamento de algumas dívidas, porque o grosso das dívidas que tínhamos eram dívidas de curto prazo, após estes pagamentos que tivemos necessidade urgente de fazer, estamos a mudar o ciclo, porque a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação financeira é melhor, já não pagamos tanto de juros, os fornecedores já não nos movem processos por atrasos no pagamento das faturas que também íamos pagar juros, agora temos condições para podermos começar a efetuar alguma obra. Ao contrário daquilo que foi dito aqui hoje, não tem nada a ver com o ciclo eleitoral, este executivo mesmo não tendo dinheiro, foi executando obras em todas as freguesias, não apenas para o último ano de eleições, mas durante todos estes anos fomos conseguindo fazer obras, e como era um período em que os empreiteiros tinham poucas obras em execução, conseguimos executar muita obra com valores muito mais baixos do que aquilo que provavelmente para o ano irão ser, porque para o ano todas as Câmaras vão querer fazer obras, e é muito provável que as obras possam disparar os preços. Fomos aqui acusados há pouco tempo numa reunião de Câmara, no que diz respeito ao pavilhão de Santa Cruz da Trapa, de termos mandado fazer um projeto sem termos fundos disponíveis, mas na verdade é que tivemos coragem de mandar executar esse projeto que nos custou muito pouco e que hoje temos condições para que efetivamente essa obra esteja a ser executada e irá ser concluída até ao verão. De forma que passado este tempo pior, estamos a entrar numa nova fase, e o que nós pretendemos com este Plano de Atividades para o ano que vem, é beneficiar um pouco todas as freguesias, e o que aqui está é praticamente podermos executar obras em todas as freguesias, não há nenhuma freguesia que possa dizer que não tem obras aqui especificadas, todas têm, umas mais outras menos, e as obras que estão aqui elencadas são as que nós entendemos que são as mais necessárias para as freguesias e também para o nosso concelho: no que diz respeito a Pindelo dos Milagres temos a ligação de Pindelo a Arcas, vamos ter a 1ª fase da ligação de Pindelo a Rio de Mel, vamos ter finalmente a construção do Parque Industrial, vamos ter a ligação de Rio de Mel à E.N.2; Em relação a Pinho, estamos a falar na conclusão do saneamento de Mosteirinho/Sobral, estamos a falar do pagamento da ponte que foi necessário reestruturar porque estava em risco de queda no Sobral, estamos a falar no alcatroamento da estrada que vai de Pinho para Mosteirinho, estamos a falar no alcatroamento da estrada que vai de Pinho para os Barreiros, estamos a falar no alcatroamento da estrada que sai das estufas para Pinho, estamos a falar na abertura das curvas, para pormos o alcatrão como deve ser e para que as estradas sejam mais largas; Em Figueiredo de Alva estamos a falar nas obras que Figueiredo não tinha, estamos a falar no saneamento, e estamos a falar na água principalmente para a povoação de Figueiredo e para a povoação de Fermontelos; Em Vila Maior há uma obra que está entregue da rede de saneamento de Goja para Sendas, há uma outra obra que irá ser executada, que será a ligação da zona de Doide/Regada em direção a Nespereira Alta e estamos a falar na ligação da E.N.228 para Ribeira de Amarante; Na Freguesia de S. Félix temos a ligação que passa por Nespereira Alta, temos a ligação de Vila Nova à estrada dos Povos do Alto; No que diz respeito a Sul estamos a falar do alcatroamento da Capela de Santa Bárbara que são duas ruas que estavam completamente intransitáveis em terra batida no centro de Sul, vamos alcatroar a estrada que vai de Oliveira para o início da estrada do Trigal e vamos alcatroar também um pouco nos Pesos; Em relação a Carvalhais, finalmente Carvalhais vai ter saneamento, e estamos a falar naquelas povoações da Torre, Casal da Renda e Barbas, mas também o alcatroamento que nunca foi feito da estrada de Penso para Passos, foi feito a parte de Penso mas depois esqueceram-se da parte de Carvalhais; No que diz respeito a Santa Cruz da Trapa, estamos a falar num Pavilhão Municipal que será construído em Santa Cruz da Trapa que também queremos que sirva as freguesias de Serrazes, de Manhouce, de Valadares e também de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carvalhais, e será situado em Santa Cruz da Trapa porque consideramos que é o centro aglutinador e porque também é Vila, e entendemos que efetivamente era o sítio indicado, estamos a falar do acesso de Santa Cruz à escola, pois as crianças passam neste momento pela estrada, vamos alcatroar o espaço da feira desde a Caixa de Crédito Agrícola Mútua até aos Bombeiros onde iremos fazer um grande parque de estacionamento e ficará situada a feira com condições de água e de eletricidade, estamos a falar do saneamento na povoação de Lourosa que há mais de 16 ou 17 anos tinha tubagens metidas mas não tinha saneamento e também queremos fazer nas Vendas, para aquela zona toda central poder descarregar para o terreno que entretanto adquirimos, e depois tentaremos fazer o Boco e o Pedregal se conseguirmos candidatura; No que diz respeito a Serrazes estamos a fazer o alargamento da estrada que vai das Termas até Serrazes, uma obra que toda a gente dizia que era impossível fazer, neste momento estamos a alcatroar a ligação que vai do cemitério para Freixo, e também na povoação de Freixo existe uma parte que também vai descair para o Boco, mas também Serrazes poderá ser finalmente contemplada com obras de águas e saneamento, embora Serrazes já tenha saneamento, a verdade é que a fossa estava completamente cheia, está a sair fora, está a poluir todas aquelas redes de água que existem ali à volta e há necessidade de intervenção, e em toda aquela zona central de Serrazes poderá haver uma intervenção; também a estrada de Drizes irá ser alcatroada e também iremos alcatroar a estrada que vai do cruzeiro de Baiões até ao cruzamento de Figueirosa em Bordonhos, e se nós tivermos condições financeiras até ao final do ano, mesmo não constando aqui, nós teremos que arranjar condições para podermos realizar a obra de Figueirosa, mas para o ano há eleições, eu sou candidato e se eu ganhar as eleições essa obra será das primeiras a ser feita em 2018; No que diz respeito a Valadares há aqui obras previstas para Preguinho e para Valadares; Na freguesia de Manhouce está previsto o alcatroamento da estrada que vai do campo de futebol para a Bondança e do campo de futebol para Salgueiro; Em relação a Valadares a verba está cá, mas ainda está por definir o que é que se vai fazer, provavelmente será a colocação de água e a repavimentação do sítio onde será colocada a água; Em S. Martinho das Moitas está previsto o alcatroamento da estrada que vai da Cruz do Braceiro até ao Gafanhão, ou seja, até ao limite do concelho, iremos também alcatroar desde a ponte de Nodar até ao cemitério de Nodar, e entretanto andam a decorrer as obras na Rompecilha”. Em resposta ao Deputado Municipal Mário Almeida, disse não achar de bom-tom ter falado no Deputado Municipal André Matias sem ele cá estar e que esta Câmara Municipal não vai fazer obras em final de mandato, vai fazer mais em final de mandato pela justificação que já deu, pois se a Câmara Municipal tem que pagar dívidas, não pode estar a fazer obras e que o que os diferencia do anterior executivo foi o pagamento da dívida e não haver contratação de mais dívida. No que diz respeito à Central de Camionagem referiu estarem a prever financiamento de cerca de 2 milhões de euros num programa que se chama PAMUS, que será mais ou menos um 1,2 ou 1,3 milhões relativamente à ligação da estrada de S. Pedro do Sul/Termas, mais ou menos 400 mil para a 2ª fase estrada de Negrelos e meio milhão para a Central de Camionagem, dizendo que são verbas que virão de fundos comunitários, do Programa 2020, e que não haverá necessidade de se estarem a adiantar verbas próprias quando essas obras poderão vir a ser financiadas. Relativamente ao acesso ao Edifício Avenida, disse que o passeio está inclinado e completamente liso, fazendo com que muitas pessoas ali escorreguem e caiam, para não falar dos utentes da ASSOL que têm problemas no acesso para entrar no edifício, e também que os



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lugares do estacionamento estão muito apertados, referindo terem já o projeto da obra feito e desde que a Câmara Municipal tenha dinheiro, poderá avançar já no início de janeiro. Relativamente ao que disse o Deputado Municipal Ferreira Gomes, afirmou que fez uma brilhante dissertação sobre o que é o Plano de Atividades e o Orçamento, revendo-se naquilo que ele disse, e que se realmente havia mais receitas foi também graças ao IMI, pois mesmo tendo a Câmara Municipal as taxas mínimas, mesmo assim consegue cobrar mais IMI. Em relação ao que disse o Presidente de Junta de Freguesia de Carvalhais, referiu ter toda a razão naquilo que disse: o saneamento da Torre, Casal da Renda e Barbas vai ser uma realidade, a estrada de Penso/Passos também será uma realidade, podendo avançar no início de janeiro, desde que a Câmara Municipal tenha fundos disponíveis. Relativamente ao que perguntou o Presidente da Junta de Bordonhos, sobre se a conduta da ETAR que vai até Bordonhos poderá entrar na 1.ª fase, respondeu que sim se depender dele, assim como também as ligações de Pinho e Arcozelo a S. Pedro do Sul, e que no que diz respeito ao saneamento estar dividido em dois anos, referiu que são muitas ruas e que não as podem esburacar todas de uma só vez, que fazem uma 1ª fase em determinadas ruas, colocam o saneamento, deixam que chova em cima para que as valas possam abater, colocam o alcatrão e só depois poderão fazer a outra parte. Sobre a questão do saneamento em S. Félix, disse que o Presidente da Junta tem toda a razão no que disse, mas que a Câmara Municipal tem que fazer opções, não consegue fazer as obras todas e que S. Félix é uma freguesia que ultimamente tem sido beneficiada: a estrada de Povos do Alto, o alcatroamento de Sacados, vão alcatroar a zona de Nespereira Alta que grande parte é da freguesia de S. Félix e Vila Nova para a Torre, dizendo que a respeito da estrada de Goja/Sendas para Pindelo, fazia parte do seu manifesto eleitoral. Referiu ainda que tem consciência de que a Câmara Municipal não vai fazer para o próximo ano todas as obras que estão no documento, que preferiu alterar algumas que entendeu que eram necessárias e que outras não havia condições financeiras para a sua execução, nomeadamente a da ETAR, porque o dinheiro não chega para tudo, mas que 85% das obras que constam no documento já estão quase concluídas. Interveio a Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, referindo que os 7.500 euros que estão previstos no orçamento para apoio à promoção concelhia, é para apoiar grupos na gravação/lançamento de CD's por forma a sustentar esse gasto. Relativamente à escola de Pinho, referiu que este executivo não fecha escolas, quem fecha as escolas é a DGESTE, dizendo que “na carta educativa que foi aprovada por unanimidade, decidimos colocar um número de alunos mínimo para o encerramento de escolas, ou seja, nós concordamos com o encerramento de Jardins de Infância que tenham menos de 5 alunos e concordamos com o encerramento de escolas do 1º Ciclo que tenham menos de 10 alunos, isto porque a DGESTE, por ela, encerrava todas as escolas com menos de 20 alunos e pelo número de alunos que temos na zona nordeste do concelho estavam todas encerradas, ou seja, todos os anos, perante a DGESTE, temos que nos bater para manter aquela escola aberta; todos os anos tenho que enviar um relatório, escola a escola, a dizer porque é que não quero que aquela escola feche, porque tem menos de 20 alunos. Assim sendo, nós somos contra o fecho a escola de Pinho enquanto tiver mais de 10 alunos”. Relativamente às obras previstas no Orçamento Municipal para o próximo ano, disse que “o facto de não estar lá a escola de Pinho, não quer dizer que não façamos obras; também não está lá o Jardim de Infância de Santa Cruz da Trapa e nós sabemos que ele precisa de algumas obras. A colocação das três escolas tem a ver com uma candidatura



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que estava prevista para o quadro comunitário “Portugal 2020”, sendo que a DGESTE não nos deixou candidatar as escolas que queríamos, porque não tinham alunos nessas escolas, só podíamos escolher uma, e por isso é que foi escolhida a de Vila Maior, porque era de unânime vontade dos Srs. Presidentes de Junta da Zona Nordeste, em reunião de 25 de abril do ano passado, que a escola que estava geograficamente bem localizada era Vila Maior; ou seja, quando todas as outras escolas fecharem na zona nordeste, pode demorar 10, 20, 30 ou pode até não acontecer, a escola receção destes alunos que foi escolhida pelos Srs. Presidentes de Junta da Zona Nordeste seria Vila Maior. Nós só concordamos com o encerramento de escolas nestas condições e que estão esplanadas na carta educativa, que está neste momento na DGESTE para aprovação”. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço usou da palavra dizendo o seguinte: “De acordo com o estatuto da oposição, temos que nos penitenciar porque no passado nós não chamámos atempadamente a oposição para se pronunciar ou para darem os seus contributos para o Orçamento e para o Plano. Este ano fizemo-lo, o PDS fez-se representar pelo Sr. Deputado Mário Almeida, ao qual nós apresentámos as linhas base e o grosso do Plano e dei oportunidade para apresentar propostas concretas e contributos para melhorarem o Plano e tenho pena que não tenham apresentado algumas propostas em concreto para melhorar este Plano. A reunião correu bem, de forma cordial, e é uma prática que nós queremos continuar a fazer no futuro e esperamos que a oposição também tenha um papel construtivo e que devem sempre apresentarem-nos propostas para elaboração do Plano e Orçamento, que nós sempre que possamos devemos incluí-las. Também queria dizer ao Sr. Presidente da Junta de S. Félix, que disse que o que abordou em Assembleias Municipais anteriores foram atendidas por nós, que de facto há aqui uma boa relação com a oposição, porque eu recorro que, na altura, o Sr. Presidente da Junta de S. Félix era Presidente da Comissão Política do PSD, falou de obras de outras freguesias e nós pensamos que essas ideias eram de certa forma a opinião geral do PSD, e por isso é que foram atendidas, todas essas obras que referiu estão aqui no Orçamento. No passado as obras apareciam em rubricas genéricas, não estavam discriminadas por freguesia ou até por aldeia, como acontece agora. Se forem ver, por exemplo, o Orçamento de 2013, que foi o último ano de eleições, não constava lá saneamento para Sacados, mas ele foi feito na altura das eleições. Por isso é que o facto de não estar aqui discriminado o saneamento em S. Félix para 2017, não quer dizer que não se possa vir a fazê-lo, até porque nós temos sempre rubricas genéricas que podem abarcar algumas obras que venham surgindo e, como já aconteceu este ano, estamos disponíveis para fazer alterações ou revisões orçamentais para mudarmos as obras. Aliás há um aspeto que, no meu ponto de vista, é negativo: este orçamento começou a ser elaborado no início de Outubro e nós podíamos trazê-lo à aprovação da Assembleia no limite, até 31 de Dezembro, quer dizer, é elaborado cedo de mais. Dou aqui dois exemplos, até para responder ao Sr. Presidente da Junta de Carvalhais: os 21 mil euros que estão aqui de Orçamento Participativo, ainda são do Orçamento Participativo anterior, que foi executado em 2016 em Vila Maior; o de Carvalhais estará numa rubrica genérica para ser executado em 2017, que terá até 30 mil euros, mas depois nós aí reforçaremos a verba para abarcar também essa dotação. Ainda esta semana vai ser lançada uma obra para Figueiredo de Alva, que é saneamento, água e alcatoamento de algumas ruas de Figueiredo, está aqui prevista no Orçamento para 2017, mas como nós tínhamos dotação em 2016 ainda vai ser lançada esta semana. Isto para dizer que, uma vez que estamos em outubro a tratar do Orçamento, há muitas coisas que depois vão ser



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alteradas. É verdade que este Orçamento é substancialmente superior, tem 2 milhões a mais que o anterior, mas tem menos despesa corrente e mais despesa de investimento, mas não podem comparar este Orçamento com outros que apresentavam em anos de eleições porque, se bem se recordam, havia orçamentos de mais de 30 milhões de euros e para chegarem aos 30 e tal milhões de euros até a venda de centenas de campas lá havia. O nosso é muito mais realista, não chega a 23 milhões, não está nada empolado. Obviamente que este quadro comunitário de apoio só agora é que começa a libertar valores, mas eu vou-vos recordar aquilo que nós já temos aprovado: para além do pacto no âmbito da CIM, em que temos aprovados 3 milhões de euros, temos aprovado já o valor da grande ETAR, em que o valor inicial era 4,2 milhões de euros, mas posso-vos adiantar que a empresa que ganhou veio com um valor perto de 10% abaixo do valor base, e portanto a obra vai ficar em 3,8 milhões de euros; foi um consórcio espanhol que ganhou esta obra, que é uma obra conjunta com S. Pedro do Sul/Vouzela, para os dois concelhos, 50% suportados por cada concelho e está em fase de adjudicação, vai para o Tribunal de Contas e iniciará, correndo bem, no início do ano, lá para janeiro/fevereiro. Também já temos aprovada uma dotação no âmbito da PARU: o parque da cidade, que é uma obra que só está pendente da resolução do problema da expropriação, porque nós já temos financiamento para ela, temos 1,4 milhões de euros para gastar, sendo que podemos gastá-lo todo já no parque da cidade, ou deixar alguma dotação para a cadeia. Para além disso, temos também um conjunto de situações aprovadas: 100 mil euros para a modernização administrativa, 25 mil euros para renovar todos os nossos percursos pedonais que estão com muitos problemas na sinalização e o material estava degradado, 100 mil euros para as ilhas ecológicas (os molok's); candidatámos 3 milhões de euros ao POSEUR para saneamento e já veio a primeira aprovada, que é a de Mosteirinho e que já está a ser executada; lançámos também contratos programa para duas estradas, dependentes de "overbooking", que estamos à espera de financiamento, uma delas é a de Sendas e se for aprovada, vamos buscar 85%. Relativamente aos prazos médios de pagamento, efetivamente nós já tivemos os prazos médios nos 70 e tal dias e também já tivemos, no segundo trimestre de 2016, nos 140 dias, mas agora está na ordem dos 114 dias no terceiro trimestre. Estes dados são públicos, podem ser consultados na DGAL, são dados que oscilam muito de trimestre para trimestre, ainda assim andamos sempre na ordem dos cento e poucos dias de prazo médio de pagamento, estamos com uma folga de mais de 200 dias do que aquilo que encontrámos, pois chegamos a ter 300 e tal dias de prazo médio de pagamento. Neste momento não temos nada para pagar anterior a junho deste ano, a não ser situações complexas que tenham ou estejam em conferência e dou-vos aqui dois exemplos: tenho duas senhas de presença desta Assembleia que não as consigo pagar e que já remontam anos anteriores, no valor de cento e vinte e tal euros; temos situações de juros de empresas que faliram que não consigo pagar. Há algumas situações de juros que as empresas cobravam, sobretudo empreiteiros, por a Câmara demorar a pagar, e haviam muitas empresas/empreiteiros, com uma boa situação financeira, que preferiam deixar andar e depois iam cobrando juros à Câmara, que eram altíssimos, e a Câmara andou a pagar quantias avultadas de juros no passado de alguns desses empreiteiros e nós agora queremos evitar isso". Seguidamente interveio, em defesa da honra, o Vereador Adriano de Lima Gouveia Azevedo, dizendo o seguinte: "Eu não vendo ilusões, como o Sr. Presidente da Câmara veio aqui hoje a esta Assembleia tentar vender, não ando a fazer campanha eleitoral durante 4 anos para dizer que faço e o que não faço, sou muito concreto e realista. O senhor vem dizer que não



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mente tal como os senhores vereadores, mas logo na primeira intervenção o Dr. Pedro Mouro veio aqui dizer claramente que a culpa pela não candidatura em termos de reflorestação do solo era do ICNF; a culpa é da Câmara Municipal que não candidatou aquilo que devia ter candidatado. A defesa da honra vai exatamente nesse sentido. O senhor mentiu nas televisões, o senhor mentiu quando eu lhe mandei ler a carta e a resposta não a tinha porque era mentira, mentiu sobre a carta porque se não a abriu mandou abri-la; o senhor até mente quando diz para a comunicação social que o Orçamento da Câmara Municipal é de 26,2 milhões de euros. Os senhores quando não têm argumentos vendem ilusões e este Orçamento e sua explicação é mais uma ilusão para o concelho, mas isto não vai ficar por aqui, pois eu estou convencido que os sampedrenses vão olhar exatamente para o seu comportamento muitas vezes indigno em relação à representação dos mesmos”. Em resposta o Presidente da Câmara Municipal disse o seguinte: “Não é o Sr. Vereador que manda numa reunião de Câmara, quem manda o Presidente da Câmara ler uma carta, eu leio se quiser e quando bem entender e a resposta que eu dei ao senhor sobre essa mesma carta foi que na próxima reunião pública seria o senhor a lê-la. No que diz respeito às declarações que o Senhor proferiu, em que disse, e isto está gravado, que o Presidente da Câmara tinha aberto cartas ou carta de funcionários, é mentira porque eu nunca na minha vida abri uma carta dentro desta Câmara Municipal, fosse para quem fosse, para mim ou qualquer funcionário”. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço usou da palavra referindo que, relativamente ao que o Vereador disse do Jornal do Centro, ele próprio teve o cuidado de ligar ao mesmo para dizer que a notícia estava errada, pelo que vão fazer um desmentido na próxima tiragem do jornal e que, ao contrário do que disse, não foi a Câmara Municipal mas sim o Jornal do Centro que se enganou. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) referiu que nunca ninguém questionou a legitimidade deste executivo, que a Câmara Municipal tem um programa eleitoral e que eles estão cá para verificar se o mesmo é ou não cumprido. Relativamente ao endividamento, disse que as Câmaras das grandes metrópoles do país têm fundos comunitários na casa das centenas de milhões de euros, provavelmente 10 vezes mais que o Orçamento da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, e que para competirmos com essas Câmaras só havia uma via, a do endividamento, que não tem nada a ver com o défice, subscrevendo aquilo que disse o Prof. Mouro de que as pessoas deviam ser penalizadas por terem défices excessivos, pois pode-se ter uma situação de dívida e não ter défice, basta que a receita seja superior à despesa. Disse também que os Presidentes de Junta de Carvalhais e de Bordonhos votavam a favor do Orçamento, porque estava contemplado no mesmo, algumas obras das suas freguesias, mas que não iria cair neste logro, porque nos últimos Orçamentos que votou absteve-se porque estavam contempladas obras na Freguesia de Santa Cruz da Trapa onde vive e estas nunca saíram do papel, mas como desta vez saíram porque constatou que já lá andavam as máquinas, vai votar favoravelmente. Disse ainda ter ouvido que vai ser atribuída uma verba ao Maestro da Banda de Música de S. Pedro do Sul, e uma vez que em Santa Cruz da Trapa estão a constituir uma orquestra sinfónica, esperava que também fossem contemplados com o mesmo tipo de consideração. Relativamente à discriminação das freguesias no Orçamento, referiu que isso beneficia e dá transparência ao Orçamento, mas também dá uma nuance eleitoral interessante, pois já cá anda há alguns anos, também é político há muitos anos e normalmente em ano eleitoral há sempre um virar de ciclo, não só para autarquias, mas também para o país. Relativamente às obras que referiu o Presidente da Câmara, disse que durante os

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

últimos três anos esteve a fazer gestão de tesouraria, de obras correntes e que, e muito bem, abateu a dívida existente. Terminou deixando a seguinte declaração de voto: “Não obstante tudo aquilo que eu disse em relação a este Orçamento que é um Orçamento claramente eleitoralista, eu não posso esquecer que estão aqui contempladas obras na minha freguesia, algumas já em execução, portanto por essa via é que eu vou votar favoravelmente este Orçamento”. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) interveio, dizendo o seguinte: “Depois de ouvidas as explicações proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos Srs. Vereadores, eu não deixaria passar em claro um aspeto nas Grandes Opções do Plano que, analisado e lido em pormenor, não referem, que é a questão da baixa natalidade em S. Pedro do Sul. Toda a gente aplaude, toda a gente acha que nós estamos no caminho certo, mas se recuarmos um pouco no tempo e analisarmos em pormenor, de 2001 a 2011 nós perdemos 2 mil e 200 pessoas em S. Pedro do Sul, e de 2011 a 2016 perdemos cerca de 2 mil e 500 pessoas. Isto representa 11,5% da população ativa em S. Pedro do Sul. Também é bom dizer que a taxa de crescimento é negativa: 56% em S. Pedro do Sul; a população tem vindo a decrescer a um ritmo assustador e se não invertermos esta tendência, dentro de 50 anos temos uma população reduzida para metade, ou seja, teremos daqui por 50 anos aproximadamente 8 mil pessoas residentes e em termos de habitantes jovens, nós perdemos cerca de 426 jovens de 2011 a 2016. Ou seja, quando se apresentam as Grandes Opções do Plano e se entende que isto deve ser a mais-valia para S. Pedro do Sul, eu pergunto: quantos postos de trabalho é que, com estas Grandes Opções do Plano, vão ser criados em S. Pedro do Sul no próximo ou nos próximos anos? O que é que se criou em termos de riqueza? Em termos de agricultura representa qualquer coisa como 0,67%, e em termos de turismo e termalismo qualquer coisa como 0,24%, ou seja, saíram duas fileiras que, no meu ponto de vista, ainda podíamos neste momento tirar partido. Com o tão falado Gabinete de Apoio ao Agricultor da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, se nós conseguíssemos, nestes últimos anos, criar pelo menos 100 projetos de instalação de agricultores, que criassem postos de trabalho, estávamos a evitar a desertificação do meio rural. Nós não podemos pensar de uma forma limitada em termos de estratégia e de desenvolvimento para o concelho se não conseguirmos articular o setor primário, a ruralidade e a vida citadina, se não criarmos postos de trabalho, se não criarmos indústria, se não criarmos mais fábricas; não é com feiras e festas, porque estas deixam de fazer sentido se não houver produção, se não produzirmos. Eu penso que o Sr. Presidente da Câmara, como homem rural e, como ele diz, desempenha um papel importante a nível do setor primário será a pessoa indicada para avaliar, mas penso que não tem carisma para isso, porque se o tivesse e se não tivesse complexo do sector primário, complexo de mandar a terra para cima das botas, obviamente que podíamos ainda fazer muito por este concelho em termos produtivos. Este é um orçamento que não refere nada de produtivo, isto é sustentabilidade e como sustentabilidade é o vosso papel, têm a vossa opção. Não basta retórica, não basta estarmos aqui a puxar de galhardetes, o que fez e o que pretende fazer. O importante era que S. Pedro do Sul criasse mais postos de trabalho, S. Pedro do Sul evitasse a desertificação, S. Pedro do Sul não perdesse, mas aumentasse população”. Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de São Félix António Jorge Martins de Oliveira (PSD) referindo que o que vinha referido no Orçamento eram as estradas e não o saneamento e que o Presidente da Câmara foi pragmático em responder que o saneamento não fazia parte do mesmo, mas se lhe garantirem que fazem 100m de tubagem de saneamento com a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respetiva colocação de água ao domicílio, entre o primeiro restaurante da freguesia de S. Félix e o último, iria votar favoravelmente, se não houver essa possibilidade, manterá a abstenção. O Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (FVS) solicitou que o Presidente da Câmara esclarecesse o que é que na realidade pretende fazer na freguesia de Valadares em 2017 e se também está contemplado um investimento específico na área florestal. Em resposta o Presidente de Câmara Municipal disse que para a freguesia de Valadares está prevista a colocação de mais saneamento no lugar da Igreja e a respetiva pavimentação. No que diz respeito à área florestal, referiu que estão a fazer candidaturas a projetos florestais, mas que só é possível fazê-las em zonas onde haja pontos de água de primeira categoria. Sobre o que disse o Presidente da Junta de S. Félix, disse não aceitar chantagens de ninguém, mas que tinha toda a razão em relação ao saneamento da zona em questão, só que a Câmara Municipal tem ali um problema: a Junta Autónoma das Estradas é castradora ali, como também o é na Ladreda, na Freguesia de Figueiredo de Alva, onde também precisam de água. Respondendo ao Eng.º Lopes Ribeiro, referiu que consta do programa eleitoral a criação de um gabinete de apoio ao agricultor, só que a Câmara Municipal não tem nenhum Eng.º Agrónomo ou Agrícola. No que diz respeito à perda de população, disse ser uma realidade, que o concelho de S. Pedro do Sul, assim como todo o interior do país, está infelizmente a perder população, não se consegue arranjar emprego para os nossos jovens, perguntando-lhe, enquanto Deputado desta Assembleia Municipal, o que é que tinha feito nos anos anteriores para que no concelho de S. Pedro do Sul houvesse condições a instalação de indústria, para a criação de emprego e que parques industriais é que o executivo anterior nos tinha deixado; onde é que andou nessa altura para não se ter apercebido que estávamos a perder população, pois nos Censos 2011 perdemos, em 10 anos, 11% de população. Referiu ainda que a Câmara Municipal tem que criar todas as condições necessárias para que no futuro possa haver emprego, e que temos que trabalhar todos em conjunto para que no futuro isso venha a melhorar, dizendo que com base nisso, acredita que o Eng.º Lopes Ribeiro vote favoravelmente o Orçamento e porque está prevista a construção do parque industrial de Pindelo dos Milagres. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço referiu que o Eng.º Lopes Ribeiro tem o dom de “dar tiros no próprio pé”, pois já na última Assembleia trouxe a questão da avença do jurista, onde reparou na cara de aflição de alguns membros do PSD, e agora vem aqui analisar os dados da natalidade e do emprego de 2000 a 2016. Recordou que no nosso concelho, desses 16 anos, têm apenas a responsabilidade de 3 anos e eles de 13, pelo que ainda têm 10 anos para fazer muita coisa. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **25 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Gina Rosa Correia Cardoso (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Zélia Maria Almeida Paiva Oliveira (PS), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), António Pedro Casais de Almeida e Costa (PSD), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manhouce (PS), António Marques Rolo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Maria do Céu de Almeida Girão Ribeiro de Sousa, Secretária da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), Eduardo António Pereira da Silva, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) e **8 abstenções** dos Deputados Municipais Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO IRS PARA 2017”:-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

3.4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “3.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL”:-----

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra dizendo o seguinte: “Esta sessão podia ter decorrido no mês de novembro ou dezembro, mas havia questões importantes com prazos que tínhamos necessidade de cumprir. A primeira deve-se ao facto de uma empresa querer montar mais dois aerogeradores na nossa serra e para isso precisava que fosse aprovado agora, porque está a acabar o prazo para a entrega dos concursos e essa empresa tinha necessidade urgente da sua aprovação. Ao mesmo tempo com a alteração ao PDM, que iremos aprovar hoje, está também prevista a possibilidade de se colocarem mais antenas das operadoras telefónicas, porque sem isso não podiam colocar mais nenhuma, porque o PDM estava a impedir a colocação de outras antenas. Por outro lado também há a possibilidade de instalar no nosso concelho painéis fotovoltaicos, em que uma empresa francesa está no terreno neste momento, tem um investimento superior a 32 milhões de euros, e vai dar a possibilidade de poder colocar diversos parques no nosso concelho: um deles já está mais ou menos previsto para Carvalhais, outro para a zona entre Baiões e Serrazes, outro para Pindelo, embora nós não possamos já dar isto como factos consumados; está-se a trabalhar nesse sentido, a empresa já está em fase de contactos com a Direção Geral de Energia e já há uma outra empresa que está a fazer os projetos. Nós tínhamos realmente que ter a aprovação hoje, senão vamos inviabilizar a possibilidade dessas empresas poderem montar os painéis fotovoltaicos, poderem montar os aerogeradores, de forma que esta alteração ao PDM é essencial, está relacionada com a parte

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

energética, com investimentos no nosso concelho”. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD), relativamente aos parques fotovoltaicos, perguntou qual é a área em m2 que envolve este tipo de investimento, porque à semelhança do que acontece no Alentejo, são espaços brutais que chocam e que podem contrariar o próprio meio ambiente, dizendo que deveria haver um estudo relativamente a essa matéria, para que se possa ter a certeza de que, independentemente das mais-valias que possa vir a trazer para o concelho, não possa vir a ser futuramente um incómodo. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal disse que a empresa em questão quer o maior número possível de hectares para tentar colocar mais junto possível, mas que eles já se resignam em arranjar parques fotovoltaicos entre 7 ou 8 hectares. Disse ainda estarem a ter cuidado com a questão da exposição no que diz respeito à parte ambiental, mas que acima de tudo estão a falar em riqueza para o concelho. Relativamente à escolha das áreas, referiu que tem muito a ver com a exposição solar, tem que estar mais ou menos direcionado a nascente sul, não pode estar virado a norte e tem que ter uma área significativa, o mais plano possível, para que possa ser rentabilizado. Interveio a Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), dizendo reconhecer o valor desta proposta, relativamente à alteração do PDM, mas que, ao estarem a fazer alteração ao Plano Diretor Municipal, perguntou se a Câmara Municipal já tem identificados os terrenos onde vai ser feita essa proposta, ou se está a fazer uma alteração apenas em termos de regulamento para permitir essa construção. Relativamente à Câmara Municipal não saber quais eram os pontos de água de primeira ordem, disse que bastava abrirem a tabela de atributos da “shapefile”. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 12 horas e 55 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Srs. Presidente e Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,